

Originalmente para: revista *Alentejo* n.ºs 16 e 17 (2007), versão revista e modificada do artigo publicado em duas partes.

Plano e Listas

Cláudia Sousa Pereira*

Resumo

O Plano Nacional de Leitura (PNL) veio modificar as rotinas de quem ensina e promove os hábitos de leitura. Vagamente comentado entre professores e bibliotecários, achamos que há que o louvar, não sem sentirmos alguma preocupação, quer com alguns dos seus conteúdos, quer com a sua própria evolução que desejamos tão forte como as notícias do seu esperado nascimento. É destas alegrias e receios que daremos conta neste artigo.

O PNL é bem-vindo, desejado e urgente. Num país que há 30 anos andava ainda às voltas com a alfabetização dos seus cidadãos, não será de estranhar que só agora sinta que saber ler não basta, há que de facto ler. Ler tem sido uma actividade socialmente pouco valorizada, enquanto actividade de lazer. Se nos países do norte da Europa há já quem pague para assistir a actividades de leitura pública, em Portugal por mais “à borla” que o sejam, estas sessões estão apenas, e quase sempre, “compostas”. É, pois, uma boa notícia saber que um Governo resolve realçar na sua política cultural a promoção de hábitos de leitura. Isabel Alçada e Teresa Calçada são os dois nomes que dão cara a este Plano, com uma energia a que dá gosto assistir. Presume-se que essa energia contagiará quem com ela entre em contacto e, em primeira instância, é natural que seja o sistema de ensino o primeiro a ser contaminado. Educadores e professores vêem-se subitamente envolvidos em programas que lhes dizem, para além de todas as orientações curriculares, decretos-lei e programas lectivos, que é preciso pôr os Portugueses do futuro a ler! Claro que a restante sociedade portuguesa não foi esquecida, mas é natural que se comece por quem tem institucional e profissionalmente a obrigação de formar leitores.

*CIDEHUS – EU/Universidade de Évora (cpereira@uevora.pt)

Resultado desta nova incumbência dos educadores e professores, nova para alguns (esperemos que poucos), velha prática para aqueles que, seguramente, serão a grande maioria dos que pertence a esta classe profissional, o resultado terá sido a corrida aos livros, a valorização da actividade de leitura integral e em voz alta de obras dedicadas aos mais novos, sem que com elas se passasse a uma actividade que forçosamente “didactizaria” o livro, esquecendo-o muitas vezes enquanto objecto único e só de fruição estética e prazer comunicativo.

O pior foi o que aconteceu quando, a par de todos os incentivos às actividades de promoção da leitura, se foram enchendo umas listas de títulos de livros, arrumadas em várias “gavetas” segundo as faixas etárias e os lugares de leitura. Como se afirma na página *web* do PNL: «As listas de livros recomendados para leitura orientada na sala de aula foram organizadas por graus de dificuldade, que os professores devem entender como referência. Compete aos professores verificar qual o grau de dificuldade que melhor se ajusta ao patamar de leitura em que se encontra cada turma para poder definir um percurso motivante e ascendente para os seus alunos». A lista de livros que é apresentada, um total de 643 volumes, datada de Junho de 2006, apresenta-se também como resultado de uma selecção criteriosa. Leiam-se os argumentos: «A elaboração das listas de obras recomendadas pelo Plano Nacional de Leitura foi feita com base numa ampla consulta a escolas e bibliotecas escolares de todo o país». E segue-se uma lista de critérios: «Grande diversidade de estilos, de ilustrações e de colecções, para suscitar adesão do maior número possível de leitores; Obras em prosa, poemas, peças de teatro e também obras de carácter informativo, para cativar leitores menos motivados pela ficção e para apoiar trabalhos de pesquisa e projectos transdisciplinares; Obras clássicas da literatura infanto-juvenil e histórias tradicionais recontadas numa linguagem contemporânea; Obras de temática contemporânea; Autores e ilustradores portugueses e estrangeiros; Autores e ilustradores consagrados, recentes e estreados». É precisamente nesta vastidão de critérios que, a meu ver, está também o erro das listas do PNL.

O critério daquelas listas não é qualidade, o critério não é o das “obras incontornáveis” da Literatura para a Infância e Juventude (LIJ), o critério não é o “cânone” da LIJ, mas o que é certo é que são estas obras que vão ser as mais vendidas, as mais lidas, pelos que usufruem da implementação do PNL. Subitamente, quando se chega a uma livraria de uma cidade como Évora e se pretende comprar um livro para crianças, do qual se sabe rigorosamente o autor, o ilustrador, o título e a editora, a primeira pergunta que nos fazem é. “Está no Plano?”. E, asseguro-vos, se não está dificilmente a encontrarão. Ora isto vai afectar, e muito, o mercado do livro infanto-juvenil e, conseqüentemente, irá afectar os hábitos de leitura de quem já lê.

Tinha alguma esperança de que aquelas listas fossem orientar docentes para quem, na sua formação inicial, tivesse sido lacunar a formação na disciplina de LIJ, com abordagens científicas de teorias e práticas em torno das produções para a Infância. Julguei que aquelas listas viessem incentivar as editoras a importar, traduzir, publicar obras de qualidade, conseguindo um lugar nas listas, espécie de prémio de qualidade. Mas se assim não é, então as listas são um lugar perverso: vão alimentar uns e deixar de fora outros, sem critérios de qualidade; se quem os escolheu o fez, como é afirmado, por serem «títulos que têm sido utilizados com sucesso nas aulas dos vários níveis de escolaridade

e em diversos tipos de projectos pedagógicos», importará confiar na capacidade de um qualquer professor ou educador formado em Portugal em fazer a sua escolha de livros numa biblioteca ou livraria, escolha feita em função do seu conhecimento da Literatura e do público-alvo, os seus alunos com quem convive diariamente, e de quem conhece gostos e desgostos.

As listas escolhem e essas escolhas podem ser discutíveis e discutidas. Sê-lo-ão nas escolas? Nas editoras? O PNL prevê a autonomia dos professores quando em nota afirma que «Todos os títulos que pertencem a uma colecção podem ser substituídos por outro título da mesma colecção, se o professor o entender. Alguns títulos estão ainda em estudo. Prevê-se uma actualização regular da lista.» É também aquele “podem” que me incomoda, porque cria a dúvida da autonomia do professor ao aderir ao PNL, adesão que parece facultativa, mas aconselhável. Afinal o PNL é para todos os professores, ou apenas para os que ainda não praticam a leitura em pleno, lendo integralmente, em silêncio ou em voz alta, em conjunto, obras destinadas às crianças que têm à sua frente? Se ler é urgente, ler representa também uma actividade de esforço para muitos. Porquê começar por obras que são escolhidas por outros e não pelo que se quer leitor? Se o objectivo é pôr toda a gente a ler, então que a leitura seja livre, e de vontade própria, e aí as listas são inúteis. Poder-me-ão então falar em leitura de qualidade, ou seja, em educação literária, mas aí, perdoem-me as dinâmicas Isabel Alçada e Teresa Calçada, não são estas as listas, nem é ainda este o Plano. Esse outro Plano passará não só pelo reforço da educação literária na formação de educadores e professores, mas passará igualmente pela definição do cânone da LIJ, que se constrói também pela inclusão de obras de leitura obrigatória nos *curricula* ou programas escolares.

O PNL é bem-vindo, desejado e urgente. Vamos esperar que a ambição de que é feito não se fique apenas pela intenção. Portugal tem, entre outros, também este defeito de que quando se mete em grandes empresas, se esquece dos pequenos mundos de que é feito. Somos óptimos a pensar o imediato, mas temos dificuldades em perspectivar o imediato como o início do futuro e distante. Não me interessa procurar culpas. Interessa-me olhar para este grande projecto do PNL, imaginá-lo como uma espécie de guarda-chuva que me protege, e continuar a minha actividade de promoção da leitura, e que é afinal, e apenas, uma tentativa de contágio de uma paixão que há em mim, que se pode rever no PNL, e que sirva de exemplo a outras actividades, de outros como eu, replicando-se. Como não me julgo melhor nem pior do que qualquer outro professor, estou certa de que por esse Portugal fora haverá quem diariamente, nas salas de aula, partilhe com os seus alunos a sua paixão pela leitura (assim a tenham) e os levem a descobrir que depois de instalado o hábito, ler é viajar, é crescer, é viver com a nossa experiência a experiência dos outros, somá-la à nossa, e sentir que línguas e culturas distantes estão a um passo de nós, à distância de um livro na mão.